



Veredas atemática Volume 18 nº 2 – 2014

Sobre a natureza do morfema de pluralidade em português: rediscutindo o domínio da concordância

Cláudia Roberta Tavares Silva (UFRPE)
Telma Moreira Vianna Magalhães (UFAL)

RESUMO: Este trabalho discute a concordância no português brasileiro (doravante PB) e no português europeu (doravante PE) no domínio interno do DP (*Determiner Phrase*) e no domínio entre o DP sujeito e a flexão verbal. Para tanto, revisitaremos a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2003) que, embasados na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída (EMBICK; NOYER, 2001; NOYER, 2003), argumentam que no PE a concordância morfologicamente visível é categórica nos dois domínios por ser o morfema dissociado, ao contrário do PB cujo morfema é *singleton*. No entanto, há evidências, a partir de dados dialetais nessas línguas, de que os dois morfemas são encontrados. Ademais, esses dados revelam que em PB trata-se de competição de gramáticas.

Palavras-chave: concordância; português; variação; morfema; competição de gramática

Introdução

Neste artigo, teceremos algumas considerações sobre o tipo de concordância no domínio interno do DP (concordância nominal) e no domínio entre o DP sujeito e a flexão verbal (concordância verbal), tomando por base a pesquisa desenvolvida por Costa e Figueiredo Silva (2003). Rediscutiremos a proposta desses autores segundo a qual o *locus* da distinção entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE) atestada nesses domínios reside no tipo de morfema associado com pluralidade: naquela é *singleton* e nesta é dissociado, nos termos defendidos por Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003).

Ademais, segundo Costa e Figueiredo Silva (2003), a distinção entre essas morfemas será fundamental para a análise da visibilidade da Configuração Spec/Head entre o DP sujeito e o núcleo flexional nas línguas em estudo. No que se refere à ausência de concordância morfológicamente visível entre os constituintes em PB, argumenta-se que é reflexo da não-visibilidade dessa configuração.

No PE, a concordância é categórica nos dois domínios¹ (cf. a concordância nominal em (1) e a concordância verbal em (2)), ao passo que duas situações podem ser encontradas no PB: a) no domínio interno do DP, em geral, a concordância morfológicamente visível entre D(eterminante) e N(ome) (PB1 e PB2)² não é atestada (cf. (3)) e b) no domínio da concordância entre o DP sujeito e a flexão verbal, essa concordância pode ser visível (PB1) (cf. (4)) ou não (PB2) (cf. (5)):

- (1) a. Os/ estes/ alguns/ uns livros muito bonitos
b. Os primeiros livros da biblioteca
c. Os meus livros

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003, p. 6-9)

- (2) a. Os meninos comeram o bolo.
b. *Os meninos comeu o bolo.
c. Os meninos cantaram.
d. *Os meninos cantou.
e. Muitas fábricas fecharam.
f. *Muitas fábricas fechou.

(COSTA, 2001, p. 7-9)

- (3) a. Os/ estes/ alguns/ uns livro muito bonito
b. Os primeiros livro da biblioteca
c. Os primeiro livro da biblioteca
d. *O primeiros livro da biblioteca
e. Os meus livro
f. *Os meu livro
g. O meus livro

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003, p. 6-9)

- (4) a. Os menino comeram o doce.
b. Os menino tossiram.
c. Muitas floresta queimaram.

(Ibid., p. 13)

¹ É válido termos em mente que, em contextos inacusativos do PE coloquial, não é estabelecida concordância morfológicamente visível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal (COSTA, 2001, COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003).

² A sigla PB1 foi usada pelos autores para se referir ao paradigma de flexão verbal em que há concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito e a flexão verbal com todas as pessoas do paradigma, e PB2, para representar o paradigma em que essa concordância não é estabelecida visivelmente com algumas pessoas desse paradigma.

- (5) a. Os menino comeu o doce.
 b. Os menino tossiu.
 c. Muitas floresta queimou.

(Ibid., p. 15-16)

Tomando por base o estudo desenvolvido por Costa e Figueredo Silva (2003), apresentaremos evidências empíricas a partir de dados extraídos de pesquisas (NARO; SCHERRE, 2007; ALMEIDA, 2010; BRANDÃO; VIEIRA, 2012) que constataam variação no PB e no PE no domínio da concordância, não podendo admitir que seja sempre categórica nesta, ao contrário do que é defendido pelos autores. Nesse sentido, um caso de variação intralinguística configura-se, estando presentes dois morfemas de pluralidade: *singleton* e *dissociado*, nos termos defendidos por Embick e Noyer (2001).

Para o desenvolvimento da análise aqui proposta, este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na seção 1, teceremos considerações sobre a riqueza da morfologia de flexão verbal em PB e PE (doravante AGR, do inglês *Agreement*) a partir da análise de seus paradigmas, bem como sobre os mecanismos estruturais de atribuição do Caso Nominativo para podermos situar a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2003) para a análise da concordância nominal e verbal em PB e PE, bem como a distinção entre morfema *singleton* e *dissociado*, tomando por base o que é defendido por Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003); na seção 2, discutiremos a proposta de Costa e Figueiredo Silva (ibid.) ao apresentarmos evidências empíricas que nos levam a argumentar a favor da existência de gramáticas em competição no PB, haja vista que é possível verificarmos uma regra variável no domínio da concordância nessa língua e, por fim, apresentaremos as considerações finais.

1. Por uma análise não-unificada no domínio da concordância no PB e no PE

É imprescindível, em um estudo que vise trabalhar no domínio da concordância verbal, por exemplo, a análise de como se comporta o paradigma de flexão verbal nessa língua. Para tanto, tomaremos por base os seguintes paradigmas³⁴:

PB1	PB2	PE
Eu canto	Eu canto	Eu canto
-----	-----	Tu cantas
Você/ ele(a)/ a gente	Tu/ você/ ele(a)/ nós/	Você/ ele(a)/ a gente

³ Os paradigmas do PB são elaborados com base nos dialetos alagoano e baiano, ao passo que o do PE baseia-se no dialeto lisboeta. Quando necessário, faremos uso dos termos PB1 e PB2, caso contrário, ao falarmos em PB, estaremos nos referindo às duas variedades indistintamente.

⁴ Para os propósitos deste trabalho, a forma pronominal *a gente* não foi incluída em PB2, devido ao tipo de concordância que se estabelece entre o DP sujeito e a flexão verbal em frases do tipo: “A gente cantamos”. Pereira (2003) defende que, nessa frase, se estabelece uma “concordância discursiva” entre o pronome *a gente* e a flexão verbal, o que extrapola o âmbito da análise aqui pretendida, que se restringe à “concordância morfológica” visível ou não-visível entre o DP sujeito e essa flexão.

canta	vocês/ eles(as) canta	canta
Nós cantamos	-----	Nós cantamos
-----	-----	-----
Vocês/ eles(as) cantam	-----	Vocês/ eles(as) cantam

Tabela 1: Paradigmas do PB e do PE extraídos de Silva (2004, p. 237)

Com base nos paradigmas acima, verificamos que os pronomes *tu* e *vós* foram excluídos de PB1 por não serem formas resultantes do processo natural de aquisição dessa variedade do PB.

Em PB2, ao contrário de PB1, a introdução do pronome *tu* no paradigma segue a observação feita por Figueiredo Silva (1996, p. 40): “[...] na maior parte dos dialetos onde *tu sobrevive* [grifo nosso], a sua morfologia específica já está perdida; assim, é muito comum ouvir-se frases do tipo ‘tu vai?’ ao lado de ‘você vai?’”. Disso, resulta que a segunda pessoa vem especificada pelo morfema correspondente à terceira pessoa do singular.

Contrapondo-se ao paradigma de PB1, em PE, a inclusão do pronome *tu* deve-se ao fato de fazer parte da gramática internalizada dos falantes lisboetas. Não obstante, o pronome *vós*⁵ foi excluído pelas mesmas razões dadas para PB1⁶. Ademais, a forma pronominal *a gente* não incluída nos paradigmas elaborados por Galves (2001, p. 103) e Figueiredo Silva (1996, p. 40) passa, agora, a estar incluída nos paradigmas de PB1 e do PE⁷ elaborados neste estudo, haja vista ser uma forma pronominal também produtiva na gramática dessas línguas.

Buscando caracterizar a riqueza da morfologia de flexão verbal (doravante, AGR) no PB e no PE a partir da análise de seus paradigmas, Galves (2001, p. 104) argumenta a favor de duas noções de pessoa na Gramática Universal: pessoa semântica e pessoa sintática.

Vale pontuarmos que a autora baseia sua explicação unicamente na especificação gramatical dos morfemas que distinguem as pessoas do discurso ou no singular ou no plural. Portanto, é assumido que, na gramática de uma língua particular, há pessoa semântica quando para cada pessoa do discurso há um morfema que a especifique gramaticalmente ou no singular ou no plural, ao passo que a existência da pessoa sintática decorre do fato de só ser possível estabelecer combinação entre traços binários relativos à pessoa e ao número que serão marcados com valores positivos e negativos, conforme apresentado em (6):

- (6) [+pessoa] [-número]
 [-pessoa] [-número]
 [+pessoa] [+número]
 [-pessoa] [+número]

⁵ Agradecemos a alguns falantes nativos do PE por nos informarem que, em algumas regiões do Norte de Portugal, o pronome *vós* ainda é bastante produtivo.

⁶ Cf. também Galves (2001, p. 123) e Costa e Figueiredo Silva (2003).

⁷ A pesquisa desenvolvida por Pereira (2003) serve de evidência de que a forma pronominal *a gente* é bastante produtiva na gramática do dialeto lisboeta.

Em sua pesquisa, ao trabalhar apenas com os paradigmas do PB⁸ e do PE, Galves (2001) conclui que, no primeiro, a pessoa é sintática, sendo o AGR pobre, ao passo que, no segundo, a pessoa é semântica, sendo, por conseguinte, o AGR rico.

Adotando a análise de Galves de que, na gramática do PB, a pessoa é sintática, Costa e Figueiredo Silva (2003, p. 13), ao analisarem, por exemplo, o paradigma verbal de PB1 e PB2 no presente do indicativo, verificam que, no primeiro, o número é o traço distintivo da morfologia verbal (cf. (7)), ao passo que, no segundo, é a pessoa (cf. (8)):

- (7) [+pessoa, -número] -o
[+pessoa, +número] -mos
[-pessoa, -número] -a
[-pessoa, +número] -m

- (8) [+pessoa, -número]
[-pessoa, -número]

Similarmente à análise de Costa e Figueiredo Silva (2003), observamos que a única distinção em PB2 dá-se entre a primeira pessoa do singular e todas as demais que são especificadas gramaticalmente pelo morfema \emptyset ⁹.

Vale pontuarmos que a falta de concordância morfológicamente visível entre o núcleo flexional e o DP sujeito em PB2 não pode servir como argumento de que a Configuração Spec/Head não foi estabelecida. Numa língua como o inglês, embora a marca de pluralidade apareça apenas no domínio do DP e não na flexão verbal, esse tipo de configuração sintática não está bloqueado, como pode ser verificado pela gramaticalidade das seguintes frases:

- (9) a. The boys study the lesson.
“Os garotos estudam a lição.”
b. The girls love their boyfriends.
“As garotas amam seus namorados.”

(SILVA, 2004, p. 543)

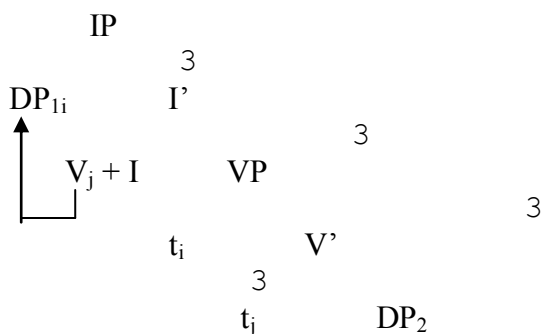
Assumindo com Chomsky (1986) que o inglês é uma língua não-pro-drop por ter perdido, dentre outras propriedades, sujeitos nulos referenciais e a inversão sujeito-verbo, a única posição legítima para hospedar os sujeitos é a posição-A Spec, IP, uma posição pré-verbal na qual é atribuído Caso Nominativo a esses sujeitos sob Configuração Spec/Head.

⁸ Em sua análise, Galves não estabelece distinção entre PB1 e PB2. O paradigma analisado pela autora assemelha-se ao paradigma de PB1 analisado nesta pesquisa. A única diferença reside no fato de a autora não incluir a forma pronominal *a gente* nesse paradigma de flexão verbal.

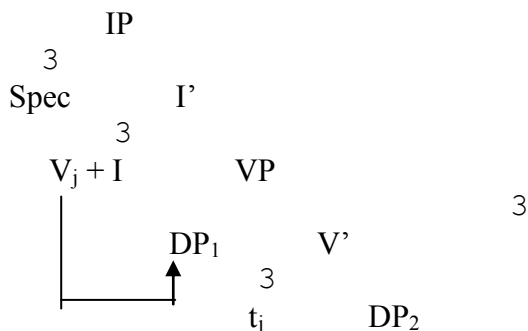
⁹ Em uma nota de fim de capítulo, Galves (2001, p. 124) fala da possibilidade de um sistema de flexão verbal no PB que é similar ao de PB2 aqui estudado: “[...] alguns dialetos do PB [...] mostram contraste apenas entre a primeira pessoa do singular e todas as outras: *eu canto/ você, nós, eles canta* [grifo da autora da citação].”

Partindo da proposta de Sportiche (1988) e Koopman e Sportiche (1991) de que os argumentos externos são gerados em Spec, VP, é imprescindível que no inglês haja movimento destes para Spec, IP. Portanto, a representação legítima para a atribuição de Caso nominativo numa língua como o inglês é (10) e não (11), estando essa última reservada àqueles casos em que os argumentos externos permanecem na posição de base, como ocorre no árabe, que dispõe dos dois tipos de atribuição desse Caso abaixo representados:

(10) *Caso nominativo sob concordância (configuração Spec/Head):*



(11) *Caso nominativo sob regência:*



Koopman e Sportiche (1991), ao proporem a atribuição de Caso nominativo sob concordância (a saber: Configuração Spec/Head) ou sob regência, observam que, no árabe *standard*, o DP sujeito pode aparecer na estrutura-S quer na posição Spec, IP (cf. (10)), quer na posição Spec, VP (cf. (11)). Na primeira posição, a concordância de número é sempre estabelecida entre o núcleo flexional e o DP sujeito, ao passo que, na segunda, não se observa essa concordância. Contrariamente, a concordância de número em PE é sempre estabelecida nos contextos de inversão sujeito-verbo com verbos transitivos (cf. (12)) e intransitivos (cf. (13)), com exceção dos inacusativos (cf. (14))¹⁰:

¹⁰ Todos os exemplos foram extraídos de Costa (2001).

- (12) a. Comeram os meninos o bolo.
b. *Comeu os meninos o bolo.
c. Comeram o bolo os meninos.
d. *Comeu o bolo os meninos.

- (13) a. Cantaram os meninos.
b. *Cantou os meninos.

- (14) a. Chegaram as cadeiras.
b. Chegou as cadeiras

Assim, levando em conta que a gramática do PE, ao contrário do PB, produz construções com DPs pós-verbais que ocupam Spec, VP, defendemos que a atribuição de Caso nominativo a esses DPs está disponível no PE. Nas frases de (12a), (12c) e (13a), o núcleo I rege o VP e o especificador deste, satisfazendo os requerimentos impostos pela relação de regência nos moldes de Chomsky (1986).

Tendo em vista o PB ter perdido a inversão sujeito-verbo com verbos (in)transitivos, ao contrário do PE, somos levados a assumir que, nessa língua, o Caso nominativo só pode ser atribuído sob Configuração Spec/Head, ao contrário do PE, o que vem corroborar a análise de Torres Moraes (1996).

Retomando, agora, os DPs dos exemplos (1) e (3) apresentados, a seguir, em (15) e (16), fica evidenciado o comportamento assimétrico do PE com PB1 e PB2. Segundo verificam Costa e Figueiredo Silva (2003), a visibilidade da concordância morfológica ocorre de forma categórica não só no domínio interno do DP (cf. (15)), como também entre o DP sujeito e o núcleo flexional. Já, em PB1 e PB2, o D(eterminante) e o N(ome) não estabelecem concordância, pois o constituinte que carrega o morfema de pluralidade é, em geral, apenas o determinante (cf. (16))¹¹:

- (15) a. Os/ estes/ alguns/ uns livros muito bonitos
b. Os primeiros livros da biblioteca
c. Os meus livros

- (16) a. Os/ estes/ alguns/ uns livro muito bonito
b. Os primeiros livro da biblioteca
c. Os primeiro livro da biblioteca
d. *O primeiros livro da biblioteca
e. Os meus livro
f. *Os meu livro
g. O meus livro

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003, p. 6-9)

¹¹ Conferir Magalhães (2004) para uma discussão sobre a presença de morfema de pluralidade no domínio do DP em PB.

Em (16) observa-se uma assimetria entre as frases (c) e (d), por um lado, e (f) e (g), por outro. Nas primeiras, os adjetivos que estão no domínio pré-nominal podem ou não receber o morfema de pluralidade, embora, o D obrigatoriamente o exija, sendo este núcleo responsável pela interpretação do DP em LF. Já, nas segundas, os possessivos pré-nominais exigem a presença desse morfema, mesmo que D não o possua. Uma explicação reside no fato de que os determinantes pré-nominais seguidos de possessivos no PB correspondem a um expletivo em algumas variedades dessa língua antes de nomes próprios e de possessivos, ao contrário do PE (CASTRO, 2001)¹²:

- (17) PE: a. *(O) João.
b. *(O) meu livro é azul.

- PB: a. (O) João.
b. (O) meu livro é azul.

(Ibid., p. 25-26)

Portanto, assumindo que o determinante seja um expletivo quando diante de um possessivo pré-nominal em PB1 e PB2, não há motivação para esse determinante carregar o morfema de pluralidade, ao contrário do que ocorre com os determinantes seguidos de adjetivos pré-nominais que não apresentam propriedades de expletivos e, portanto, precisam carregar esse morfema (cf. (16b) e (16c)). De mais a mais, Castro (2001) também observa que a definitude do DP é relevante no PE no que concerne ao posicionamento dos possessivos. Caso D seja definido, o possessivo deve ocupar a posição pré-nominal, do contrário, sendo indefinido, somente a posição pós-verbal está disponível a esse constituinte (cf. (18)). Face a essa observação, Costa e Figueiredo Silva (2003, p. 25-26) argumentam que, por ser no PB o determinante um expletivo seguido do possessivo, implica considerar que a definitude não é marcada no determinante, mas no possessivo, que tem que receber o morfema de pluralidade para codificar “the information that is relevant for the interface with the interpretational component [...]”:

- (18) a. O meu livro.
b. *O livro meu.
c. Um livro meu
d. *Um meu livro

Partindo do acima exposto, discutiremos a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2003b), segundo a qual a assimetria constatada do PE com PB1 e PB2 no que diz respeito à concordância morfológica dentro do DP ganha suporte explicativo no tipo de morfema associado com pluralidade.

¹² Ver Magalhães (2013) para um estudo sobre a evolução no uso do artigo diante de possessivo no PE do século XVI ao século XIX.

1.1. Morfema *singleton* versus morfema dissociado: a proposta de Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003)

Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003), dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída, propõem uma distinção entre dois tipos de morfemas: a) morfema sintático e b) morfema dissociado, assumindo que o primeiro é predizível a partir do nó sintático, ao passo que o segundo só é inserido pós-sintaticamente na componente morfológica da gramática. Nesse último caso, a afixação do morfema dissociado dá-se independentemente de ter havido movimento sintático.

Uma das evidências para a existência de morfemas dissociados encontra-se numa língua como o sueco. Embick e Noyer (2001, p. 580-581) observam que, nessa língua, ao N de um DP definido (doravante $D_{[def]}$) sempre está afixada a marca morfológica de definitude (doravante DEF) quando não há outro material dentro do DP ((cf. (19)) ou mesmo quando há outros determinantes definidos visíveis (cf. (20)):

(19) mus-en
casa- DEF
“O rato”

(20) den gamla mus-en
o velho rato-DEF
“O velho rato”

Além de (20), em que o adjetivo à esquerda modifica o N, os autores observam que, independentemente da posição dos modificadores de N, este sempre carrega a marca de definitude. Em (21), a seguir, N possui modificadores à sua direita, recebendo, como é esperado, essa marca que vem representada por *-en*:

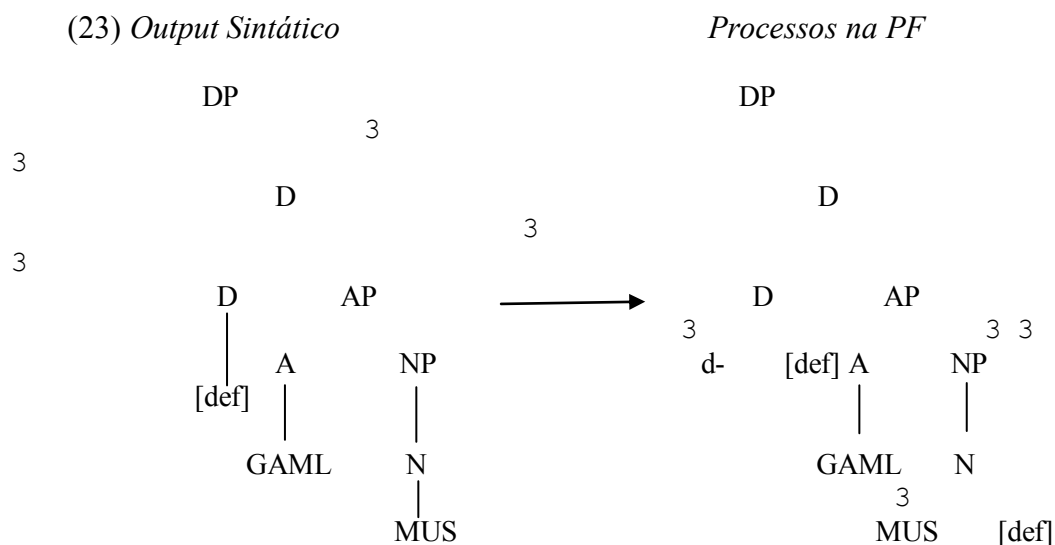
(21) gris-en med lång svans grymtade.
porco-DEF com comprido rabo grunhiu.
“O porco com o rabo comprido grunhiu.”

Partindo, portanto, da co-ocorrência de $D_{[def]}$ visível com a marca de definitude em N, Embick e Noyer (2001, p. 581) assumem que essa marca corresponde a um morfema dissociado que é inserido pós-sintaticamente. Numa tentativa de explicar a presença obrigatória da marca de definitude em N no contexto de $D_{[def]}$, os autores formulam as seguintes condições com base no que é imposto na PF (do inglês, *Phonological Form*):

- (22) *Requirements (imposed at PF)*:
- The head N must be marked with definiteness when D is [def].
 - $D_{[def]}$ must have a host.

É assumido que, no caso de DPs que não tenham o $D_{[def]}$ visível como em (19), ambos os requerimentos são satisfeitos: N carrega a marca de definitude e $D_{[def]}$ que sempre é projetado na sintaxe tem o “hóspede” N que a ele se incorpora através de *raising* de N-para-D.

Não obstante, para os casos de DPs como em (20), em que o N não só carrega a marca de definitude *-en*, como também possui um $D_{[def]}$ visível que possui essa marca *d-en*, são requeridos processos pós-sintáticos na PF que permitam a atribuição dessa marca nos elementos que a exigem. Nessa acepção, veja-se como ocorre a atribuição dessa marca nos nós terminais pós-sintaticamente, seguindo a análise de Embick e Noyer (2001, p. 582-583), sendo A e N, respectivamente, as raízes do adjetivo e do nome¹³:



Embick e Noyer (2001) observam que a atribuição do morfema dissociado [def] a N pode ser considerado um processo que envolve um certo tipo de concordância entre N e [def]: “[...] Swedish has a requirement to the effect that N in [def] environments reflect the [def] feature via concord.”. Esse processo só se aplica quando necessário em caso de haver motivação dessa atribuição na PF, conforme formulado a seguir:

(24) Assign [def] to the head N in a DP with the [def] property.

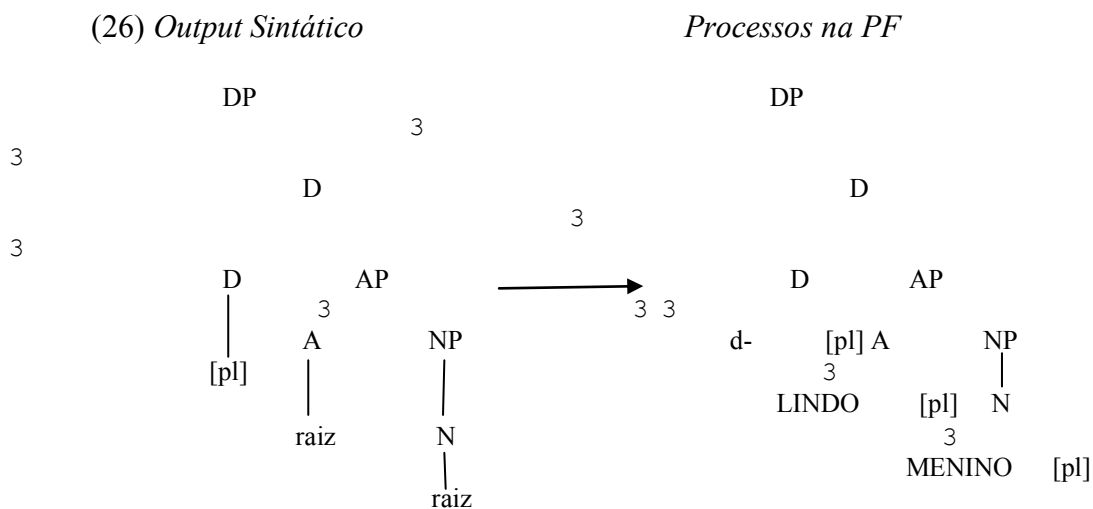
1.1.1. Os domínios de concordância em PE e PB e a natureza do morfema de pluralidade

¹³ Os autores pontuam em seu trabalho que a inserção das raízes com seus respectivos traços fonológicos são inseridos na representação da sintaxe propriamente dita só a título de clareza. Como se sabe, os traços fonológicos, na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída, só são inseridos aos nós sintáticos terminais durante *Spell-Out* na componente morfológica.

Face ao que foi apresentado na seção 1.1, Costa e Figueiredo Silva (2003) argumentam que o morfema de pluralidade no PE é um morfema dissociado atribuído em PF aos nós terminais que carecem da marca de pluralidade no domínio interno do DP. Retomando os DPs em (15), repetidos em (25), os autores observam que a marca de pluralidade ocorre em todos os constituintes que compõem o DP, o que implica considerar que processos fonológicos são motivados na PF, tal como acontece no sueco nos casos em que o morfema [def] não é só atribuído a N, mas também a D:

- (25) a. Os/ estes/ alguns/ uns livros muito bonitos
 b. Os primeiros livros da biblioteca
 c. Os meus livros

Numa perspectiva de análise muito similar a de Embick e Noyer (2001), o morfema [pl] é projetado na sintaxe do PE em D, havendo motivação para processos na PF que permitam a atribuição desse morfema às raízes que devem carregá-lo. Portanto, vejamos como os processos que ocorrem na PF atuam sobre o *output* sintático gerado pela gramática dessa língua. Para tanto, exemplificamos com o DP *os lindos meninos*:



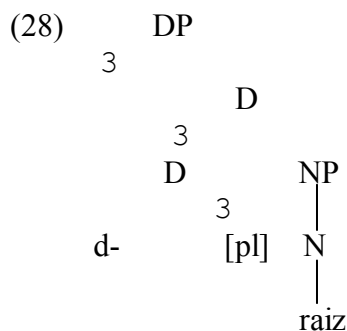
Na representação da PF, observa-se uma distinção entre o sueco, por um lado, e o PE, por outro; enquanto na primeira língua o morfema dissociado [def] era atribuído ao nome e não ao adjetivo pré-verbal que o modificava (cf. (23)), na segunda, o morfema de pluralidade é atribuído não só a N, mas também ao seu modificador adjetival, o que implica considerar que o processo de concordância é mais abrangente por não se restringir exclusivamente a N.

Em resumo, podemos depreender que, no sueco e no PE, a partir dos exemplos acima, os morfemas dissociados são atribuídos pós-sintaticamente aos núcleos, independentemente de ter havido uma configuração ou operação sintática específica, ficando, portanto, a serviço da componente morfológica e da PF inseri-los em *Spell-Out* e atribuí-los aos seus nós terminais, respectivamente.

No que se refere ao PB, Costa e Figueiredo Silva (2003) observam, ao contrário do PE, que a concordância morfológica não é categórica no domínio interno do DP, estando, em geral, o morfema de pluralidade marcado apenas em D, sevindo de evidência de que não se trata de um morfema dissociado, mas de um morfema sintático nos termos de Embick e Noyer (2001) e Noyer (2003). Observe-se, agora, a frase do PB a seguir:

(27) os menino dançou.

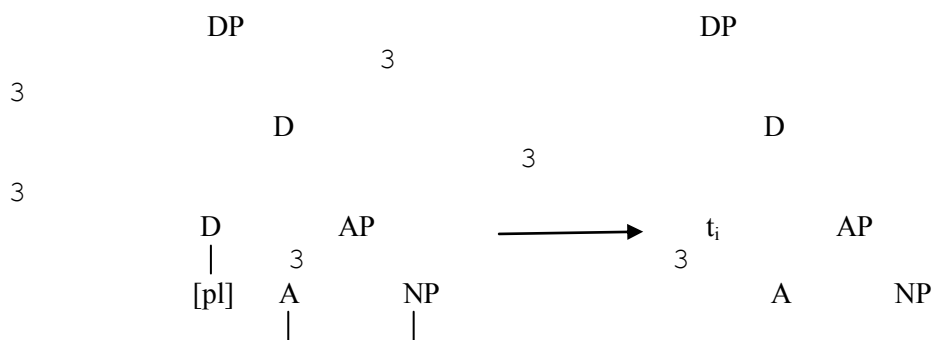
Portanto, não sendo atestada a concordância morfológica no domínio interno do DP em PB, o morfema de pluralidade corresponde a um morfema sintático já predizível na sintaxe. Para tanto, uma explicação plausível para a presença da marca de pluralidade apenas em D na frase em (27) tem a ver com o fato de a sintaxe gerar o *output* em que esse morfema já está predizível com o contexto de inserção (cf. (28)), não sendo necessário recorrer-se a processos requeridos pela PF como ocorre em línguas como o PE e o sueco, por exemplo:



Quando o núcleo D está vazio e um modificador de N recebe o morfema de pluralidade no PB, há motivação para a ocorrência de movimento pós-sintático, nomeadamente *Lowering* do núcleo D que carrega o morfema sintático para o núcleo dessa categoria modificadora de N. Veja-se a representação para o DP “lindos menino” no *output* sintático fornecido à componente morfológica em que ocorre a operação *Lowering de D-para-A*:

(29) *Output Sintático*:

Lowering de D-para-A:





Com base na discussão acima delineada sobre a concordância morfológica no domínio interno do DP em PE e PB (PB1 e PB2), passamos, agora, a centrar nossa atenção no domínio da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal, tomando por base a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2003). Conforme já enunciado neste artigo, no PE a concordância categórica nesse último domínio ganha suporte explicativo, mais uma vez, no tipo de morfema associado com pluralidade.

Tendo em vista que os morfemas dissociados são atribuídos aos nós terminais na PF, implica considerar que a configuração sintática que se estabelece no PE entre o DP sujeito e o núcleo flexional independe da concordância morfológicamente visível entre eles. A marca de pluralidade observada tanto no domínio interno do DP quanto no domínio da concordância entre esse DP e a flexão decorre, portanto, de um processo pós-sintático, tendo em vista o morfema de plural ser dissociado. Em outras palavras, a concordância morfológicamente visível atestada entre o DP sujeito e a flexão verbal independe da Configuração Spec/Head estabelecida entre eles, sendo esta reflexo de processos pós-sintáticos.

Já em PB1 e PB2, é verificada uma assimetria no que concerne à visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal: no primeiro, essa concordância é visível (cf. (30)), ao contrário do segundo (cf.(31)):

- (30) a. Os menino comeram o doce.
 b. Os menino tossiram.
 c. Muitas floresta queimaram.

(COSTA; FIGUEIREDO SILVA, 2003, p. 13)

- (31) a. Os menino comeu o doce.
 b. Os menino tossiu.
 c. Muitas floresta queimou.

(Ibid., p. 15-16)

Diferentemente do PE, a visibilidade da Configuração Spec/Head reflete a concordância morfológicamente visível que se estabelece entre o DP sujeito e a flexão verbal em PB1. Seguindo esse raciocínio, a ausência de concordância morfológicamente visível entre os constituintes em PB2 é reflexo da não-visibilidade da Configuração Spec/Head. Nessa acepção, embora a sintaxe exija esse tipo de Configuração, esta pode não ter reflexos visíveis, o que vai na direção do que é proposto em Costa e Figueiredo Silva (op. cit., p. 22): “[...] overt reflexes of Spec-head configurations are possible, although not obligatory.

À semelhança do inglês, em PB2 é possível verificarmos que, embora não haja concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito e o núcleo flexional, uma concordância de ordem estrutural é atestada entre esses constituintes, o que garante a gramaticalidade das estruturas fráscas.

2. Concordância verbal e nominal em PE e PB: evidências de gramáticas em competição?

Não obstante os exemplos apresentados na introdução deste artigo em que há concordância categórica em contextos (in)transitivos em PE, dados dialetais revelam que a noção de sujeito gramatical entendida como a “expressão que desencadeia a concordância verbal” (DUARTE, 2003, p. 510), tomando por base exemplos como (32), pode ser refutada:

- (32) a. *Eles chegou.
b. *Nós nasceu no dia 1 de Maio.

Contraevidências a essa noção podem ser encontradas em dados de fala produzidos por exemplo, na cidade de Braga¹⁴ (cf. (33a) a (33e)), e na pesquisa realizada por Naro e Scherre (2007) (cf. (33f) a (33g)) em que há ausência de concordância verbal independentemente do tipo de verbo:

- (33) a. “... penso que também poderá existir *casos de pessoas...*” (E9-54)
b. “...eu pergunto a mim mesma *que tipo de mensagens chegam...*” (E23-54)
c. “Há *muita gente* que pode ter passado por ciclos de depressão em que se sentem tão deprimidos, sem auto-estima...” (E23-71)
d. “... se existem *algum tipo de drogas que podem não ter efeitos maléficos...*” (E23-54)
e. “Não me parece que seja típico da cidade de Braga *os problemas sociais que eu vejo...*” (E23-54)
f. “corre *todos os seus criados...*” (ALVES, 1993, p. 190 apud NARO; SCHERRE, 2007, p. 96) – Ericera (sudoeste de Portugal)

Ademais, dados extraídos da pesquisa de Varejão (2006)¹⁵ apresentam evidências adicionais de ausência de concordância verbal em PE com sujeitos pré e pós-verbais, valendo referir que essa ausência não é tão frequente nos dados obtidos por essa autora:

- (34) a. “*esses coisas é* modernos” (p. 2)
b. “*as coisas vai* enfraquecendo tudo” (p. 2-3)
c. “nasceu na praia *essas macieiras*” (p. 3)

¹⁴ Os dados do PE encontram-se disponíveis no site <http://cgi.portugues.mct.pt> sob o nome *Natura/Público Corpus Jornalístico Natura-PUBLICO*.

¹⁵ Os dados apresentados pela autora foram extraídos do Corpus Dialectal com Anotação Sintática (CORDIAL/SIN) e correspondem às décadas de 1980 e 1990.

Em uma pesquisa realizada sobre a concordância verbal em textos portugueses, Naro e Scherre (2007, p. 58) verificam a pouca frequência da não-aplicação da regra dessa concordância:

Em um estudo de oito textos pré-clássicos (Boosco Deleytoso, 1515; Alvarez, 1540; Cintra, 1954; Ferreira, 1980; Lopes, 1968; Magne, 1955; Mattos e Silva, 1971; Mira Mateus, 1970), encontramos mais de 200 ocorrências de formas verbais de terceira pessoa do singular em ambientes em que a norma exigiria obrigatoriamente formas plurais de terceira pessoa. A proporção de dados sem concordância varia um pouco de texto para texto, mas normalmente é menos do que 1%. Na versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, por exemplo, há cerca de 20 dados sem concordância e 4.700 dados com concordância, de tal forma que a falta de concordância neste texto é de aproximadamente 0,4%.

Analisando a possível influência de variáveis linguísticas, os autores observam que, no português antigo, quanto mais saliência da oposição singular/plural, maior probabilidade de aplicação de concordância verbal (Peso relativo: 0.75), à semelhança do que ocorre no português falado no Rio de Janeiro¹⁶, por exemplo. Em caso de menor saliência (ex.: fala/falam), a tendência é ao não uso da concordância verbal:

(35) a “Eles ganha demais po que eles fays” (CAB02MP16/0026)

b. “Eles ganham demais da conta.” (CAB02MP16/0012)

(SCHERRE; NARO, 1998, p. 3)

Em contrapartida, o PB tem apresentado maior frequência de ausência de concordância verbal (NARO; SCHERRE, 2007; BRANDÃO; VIEIRA, 2012; SANTOS, 2013), o que tem ocasionado um aumento substancial de sujeitos plenos, ao contrário do PE¹⁷. Em seu estudo diacrônico¹⁸, Duarte (2000) observa, ao longo de sete períodos da história, que o PB está sofrendo um processo de mudança, pois os resultados percentuais apontam para um aumento acentuado de sujeitos pronominais plenos: 1845 (20%), 1882 (23%), 1918 (25%), 1937 (46%), 1955 (50%), 1975 (67%) e 1992 (74%). Com base nesses resultados, é assumido pela autora que, nos três primeiros períodos, os sujeitos realizados foneticamente eram pouco produzidos pela gramática do PB em virtude de a morfologia de flexão verbal ser ainda rica, ao passo que, do quarto período em diante, começa a haver uma forte tendência ao preenchimento da posição sujeito em decorrência do enfraquecimento de AGR.

Santos (2013), analisando o uso variável da concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola de Muquém, localizada na cidade de União dos Palmares-AL, constata que o comportamento dessa concordância nessa comunidade é variável, com 46% de ocorrências da variante não padrão contra 54% de ocorrências da

¹⁶ Os dados analisados por Scherre e Naro (1998) foram extraídos do Corpus Censo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁷ Sobre o processo de mudança por que vem passando o PB no que diz respeito ao aumento acentuado de sujeitos nulos, conferir também Duarte (1993; 1995).

¹⁸ O *corpus* desta pesquisa compõe-se de frases extraídas de peças teatrais populares.

variante padrão. Segundo a autora, os resultados são particularmente importantes se levarmos em conta que a maior parte dos informantes que constituem o *corpus* analisado possui nível de escolaridade mínimo ou inexistente (6 informantes), seguida de uma minoria que possui nível Fundamental II completo ou cursando (3 informantes) e outros três informantes com nível Médio completo ou cursando – o que a levou a ponderar inicialmente que uma comunidade de fala com um nível de escolarização tão baixo faria um uso bem maior em termos percentuais da variante não padrão do que da variante padrão, pesando sobre essa hipótese o fato de se considerar que o fator escolaridade seja relevante para o fenômeno estudado. No entanto, tal fato parece não se confirmar na comunidade analisada. O que parece estar em jogo é uma competição de gramáticas.

Centrando nossa atenção neste momento no domínio da concordância nominal, é possível percebermos variação em diversas regiões em PE (cf. (36) e (37)) e em PB (cf. (38)), conforme exemplos a seguir:

(36) falante de Ericera – vila de pescadores localizada ao norte de Lisboa:

- a. “era (3ª sing.) *duas, três sardinha*”
- b. éramos (1ª pl.) *três, quatro homis, né?*
- c. “éru (3ª pl.) *os pixeru logo*”
- d. são (3ª pl.) *cinco camaradas*”

(37) falante do Distrito da Guarda (Nave de Haver), norte de Portugal:

- a. nabiças pequena
- b. os vivo

(NARO; SCHERRE, 2007, p. 56)

(38) a. “os afazeres DOMÉSTICO” (M2U03).

- b. “uns ANOS” (M2U03)

(LOPES, 2001, p. 131)

Em se tratando de Lisboa, é possível encontrar na fala de pessoas sem muita escolarização a ausência da concordância acima. Segundo observa Mira (1954 apud NARO; SCHERRE, 2007, p. 105), “[são] frequentes na LP [língua popular], as faltas de concordância, consideradas erros do ponto de vista gramatical [...]”. Para sustentar essa afirmação, a autora apresenta o seguinte exemplo: “só tem *as raízes enterrado* na carne”. Vale dizermos que, em seu estudo sociolinguístico, sobre a concordância nominal e verbal no português falado do Brasil, Scherre e Naro (1998) observam que falantes do sexo feminino e os que possuem maior nível de escolarização (9 a 11 anos) são os que mais usam essa concordância. Ademais, Naro e Scherre (2007, p. 57-58) também ressaltam:

Temos a impressão de que a concordância variável pode ser encontrada em todo território de Portugal, tanto entre o verbo e o sujeito quanto dentro do sintagma nominal. Não são claras as razões para a falta de referência a esse fenômeno na literatura e para as intuições de nossos colegas portugueses negarem a sua existência. As formas sem concordância são estatisticamente

raras, mas não encontramos dificuldades em localizar um número razoável delas em apenas alguns dias de audição de fitas gravadas (na companhia de alguns pesquisadores que antes negavam a sua existência). É claro que muito trabalho está por ser feito a fim de se determinar as dimensões geográficas e estruturais da variação atualmente em Portugal, mas sua existência não pode ser mais negada. A variação na concordância não é um fenômeno exclusivamente brasileiro na gramática sincrônica do português moderno.

Em linhas gerais, os dados descritos nesta seção levam-nos a argumentar que estamos frente a um caso de competição de gramáticas no PB, tratando-se a concordância nominal e verbal como uma regra variável, pois um mesmo falante ora produz concordância ora não, o que vai na linha de raciocínio de Lightfoot (1999, p. 92):

In that case, apparent optionality would be a function of coexisting grammars. Rather than allowing one grammar to generate forms a and b optionally, we would agree that a person has access to two grammars, one of which generates form a, the other form b; the speaker has the option at any given time on using one or other of the grammars.

Segundo Yang (2002), se um *input* não é ambíguo e frequente, a criança fixa a gramática logo cedo. Mas se o *input* é inconsistente, a criança (i) pode demorar para fixar um parâmetro; (ii) fixar um valor oposto ao da gramática-alvo; (iii) ou pode permitir que dois valores de um mesmo parâmetro coexistam na gramática estável.

A variação encontrada no fenômeno da concordância na gramática do PB pode estar levando a criança brasileira a fixar uma gramática em que coexistam dois valores para a realização da concordância nesta língua. Em Magalhães (2006, 2007), observou-se que, no que tange ao sujeito nulo, a criança portuguesa fixa o valor paramétrico muito cedo, já a criança brasileira demora mais para fixar o valor do parâmetro do sujeito nulo em PB. O Português Europeu é uma língua de sujeito nulo com um *input* não ambíguo e frequente, nos termos de Yang (2002). Já o PB tem um *input* inconsistente, apresentando variação na produção de sujeito. Na hipótese de Magalhães (2007), a dificuldade da criança em fixar a gramática do PB relaciona-se com a variação que se verifica na produção de sujeitos nulos pelos adultos nesta língua. Nos dados dos adultos, ainda há um percentual considerável de sujeitos nulos o que provoca uma demora na fixação da gramática pela criança. Podemos, então, tecer hipótese semelhante para o fenômeno da concordância: a alta variação observada na gramática dos adultos faz com que a criança, no momento da aquisição, selecione dois valores para o mesmo parâmetro¹⁹.

E ainda, segundo Lopes (2001, p. 107), ao estudar o uso da concordância nominal em PB observa que “[...] traços de duas gramáticas do mesmo falante podem ocorrer, em contextos complementares, como sendo uma ‘diglossia internalizada’ [...]”.

Desenvolvendo um estudo sociolinguístico sobre a concordância nominal e verbal em que há comparação do PB com o PE e, tomando por base as três classes de regras linguísticas

¹⁹ Não estamos afirmando que exista um parâmetro para a concordância. É muito provável que a concordância faça parte do mesmo parâmetro que o sujeito nulo. Salienciamos que estudos mais detalhados, principalmente em termos de aquisição, sejam realizados para que se possa ter uma melhor compreensão dos fenômenos. Agradecemos ao parecerista por ter chamado a nossa atenção para as consequências da variação para a aquisição.

nos termos de Labov (2003): a) categórica (100% - nenhuma violação na fala natural); b) semicategórica (95 a 99% - violação rara e relatável), e c) variável (5 a 95% - nenhuma violação por definição ou relatável), Brandão e Vieira (2012), após rodada dos dados no pacote de programas computacionais *GoldvarbX*, observam que em PB a concordância nominal (com 91,1% de aplicação da regra) e a concordância verbal (com 78,1% de aplicação da regra) constituem uma regra variável, ao contrário do PE que apresenta uma regra categórica no âmbito da concordância nominal (99,9%) e semicategórica no âmbito da concordância verbal (98,9% de aplicação da regra).

Os dados submetidos à análise pelas autoras foram produzidos por falantes brasileiros e portugueses que residem na zona urbana²⁰: no Brasil (cidade de Nova Iguaçu- RJ) e em Portugal (cidade de Cacém localizada no Conselho de Sintra). Esses falantes foram selecionados tomando por base o grau de escolaridade: nível fundamental (5 a 8 anos), médio (9 a 11 anos) e superior, o sexo e a faixa etária (18 a 33anos; 36 a 55anos, e 56 anos em diante). Em linhas gerais, as autoras concluem que, nas duas localidades, os dados apontam para “uma preferência das marcas de número” (p. 1040), servindo, portanto, de contraevidência à análise de Costa e Figueiredo Silva (2003) ao argumentarem que o morfema de pluralidade em PB é *singleton*. Em se tratando de uma regra variável nessa língua, o que observamos é que tanto o morfema dissociado quanto o *singleton* relacionado à pluralidade estão disponíveis na gramática do PB, indo ao encontro do que observam Scherre e Naro (1998, p. 13),

[...] a variação na concordância no português falado do Brasil está definitivamente internalizada na mente de seus falantes. Neste momento da língua, trata-se de uma variação inerente, altamente estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais.

Evidência adicional para alta frequência de concordância em PB e PE encontra respaldo nos dados estatísticos apresentados por Almeida (2010) ao trabalhar com a marca da terceira pessoa do plural no âmbito da concordância verbal na escrita de alunos brasileiros e portugueses em escolas da rede pública e particular, tomando por base diferentes níveis de ensino. Em Portugal, os dados foram coletados em escolas da cidade de Lisboa e, no Brasil, em escolas da região metropolitana e não-metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para o fato de que, embora seja frequente a concordância nas duas localidades, em Portugal a regra continua a apresentar-se como semicategórica (98,6% (1708/1733) contra 1,4% (25/1733)) e variável em PB (96,1% (3508/3650) contra 3,9% (142/3650)).

Vale dizermos ainda que, ao longo de seu estudo, Brandão e Vieira (2012), tomando por base diferentes padrões de concordância em algumas regiões de Portugal analisados por Naro e Scherre (2009), em que é possível verificarmos ora a presença ora a ausência de concordância nominal e verbal, levantam como hipótese que é possível existir uma regra variável em determinadas variedades do PE²¹, principalmente, quando levadas em consideração fatores de ordem extralinguística como pouco grau de escolarização do falante e não-residência no meio urbano. Para o levantamento dessa hipótese, as autoras trabalham com

²⁰ Os dados que compõem o corpus do PB e do PE estão disponíveis no site: <www.lettras.ufrj.br/concordancia>.

²¹ Vale referirmos que se faz necessária a realização de estudos sociolinguísticos no campo da concordância nessas regiões portuguesas para a obtenção de resultados quantitativos, a fim de testarmos a hipótese das autoras de que a regra é variável em algumas variedades.

a ideia do *continuum* de polarização sociolinguística observado no PB. Retomando o trabalho de Graciosa (1991) que trabalha com a norma urbana culta, elas observam 94% de aplicação da regra de concordância verbal, ao contrário do que é obtido em comunidades rurais afro-brasileiras (com apenas 16% de aplicação da regra) (cf. LUCHESI; BAXTER; SILVA, 2009). Diante desses dados, fica claro que, mesmo havendo uma diferença percentual de aplicação da regra a depender do tipo de região, a regra de concordância permanece variável.

Considerações finais

A partir dos resultados apresentados, é plausível argumentarmos a favor de que em PB há gramáticas em competição tanto no polo urbano quanto rural no âmbito da concordância nominal e verbal. Não obstante, em Portugal, a regra apresenta-se como categórica ou semicategórica no polo urbano: no primeiro caso, em se tratando da concordância nominal, vai-se ao encontro do que propõem Costa e Figueiredo Silva (2003) e, no segundo caso, no que diz respeito à concordância verbal, é possível encontrarmos, mesmo que em pouca frequência, morfema *singleton*, o que não está previsto na análise desses autores²².

Logo, podemos constatar que a proposta de Costa e Figueiredo Silva (2003) de que no PB o morfema de número é um *singleton* não se sustenta, tendo em vista que tal análise não contempla a variação existente em PB. O que os estudos no âmbito da variação nos mostram é que a regra de concordância, nominal ou verbal, é variável. Assim, qualquer proposta de análise que tente dar conta da concordância nesta variedade do português precisa considerar a realidade variável dessa língua.

On nature of morpheme of plurality in Portuguese: review about agreement domain

ABSTRACT: This paper aims to study the agreement in Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) based on the internal domain of DP and the domain between Subject DP and verbal inflection. We reargue the Costa and Figueiredo Silva's (2003) proposal based on Distributed Morphology (EMBICK; NOYER, 2001; NOYER, 2003). The authors argue that the morphologically visible agreement in EP is categorical in the two domains because the morpheme related to plurality is dissociated, differently from BP whose morpheme is *singleton*. However, there are evidences from dialectal data in these languages that the two morphemes are found. Furthermore, the data show that there is a competition of grammars in BP.

KEYWORDS: agreement; Portuguese; variation; morpheme; competition of grammar

Referências

ALMEIDA, E. M. *Uso e norma: variação da concordância verbal em redações escolares*. 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

²² Para uma análise detalhada das restrições que favorecem a não-concordância em PE e que não são observadas em PB, conferir Brandão e Vieira (2012).

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 3, p. 1035-1064, 2012.

CASTRO, A. Os possessivos em português europeu e português brasileiro: unidade e diversidade. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Associação Portuguesa de Lingüística, Colibri, Portugal. 2001. p. 599-613.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger Publishers, 1986.

COSTA, J. Postverbal subjects and agreement in unaccusative contexts in European Portuguese. *The Linguistic Review*, v. 18, p. 1-17, 2001.

COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. *Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology*. Lisboa, 2003. p. 1-35.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica (Homenagem a Fernando Tarallo)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 107-128.

DUARTE, M. E. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. The loss of the ‘avoid pronoun’ principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000, p. 17-36.

DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003, p. 275-321.

EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1996.

GALVES, C. C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

GRACIOSA, D. M. D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

KOOPMAN, H.; SPORTICHE, D. The position of subjects. *Língua*, v. 85, n. 2, p. 211-258, 1991.

LABOV, W. Some sociolinguistic principle. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

LOPES, N. S. *Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade*. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

LIGHTFOOT, D. *The development of language: acquisition, change and evolution*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

LUCHESE, D.; BAXTER, A. N.; SILVA, J. A. A. Concordância verbal. In: LUCHESE, D., BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009.

MAGALHÃES T. M. V. A Valoração de Traços de Concordância dentro do DP. *DELTA*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 149-170, 2004.

MAGALHÃES, T. M. V. O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

MAGALHÃES, T. M. V. A aquisição de pronomes sujeitos no PB e no PE. *Letras de Hoje*, 42, n° 1, p.97-112. Porto Alegre: EdiPUCRS. 2007.

MAGALHÃES, T. M. V. O uso do artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. In: SEDRINS, A. P.; CASTILHO, A. T.; SIBALDO, M. A.; LIMA, R. B. (Org.). *Por Amor à Língua: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. 1. ed. Maceió: Edufal, 2013. p. 229-246.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NOYER, R. *Distributed morphology: frequently asked questions list*. 12 dez. 2003. Disponível em <http://www.ling.upenn.edu/~rnoyer/dm/> Acesso em: 12.dez. 2003. p.1-16.

PEREIRA, S. M. B. *Gramática comparada de “a gente”*: variação no português europeu. 2003. Dissertação (Mestrado em Gramática Comparada) – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003.

SANTOS, D. N. *A concordância verbal na fala de moradores da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares- Alagoas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.

SCHERRE, M. M.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (Org.). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística. Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani. Università do Palermo. Tübingun: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 509-523.

SILVA, C. R. T. *As implicações da natureza de AGR para a ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2004.

SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structural. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 3, p. 425-449, 1988.

TORRES MORAES, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e o caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 263-306.

VAREJÃO, F. O. A. *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

YANG, C. *Knowledge and Variation in Natural Language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Data de envio: 26/05/2014
Data de aceite: 21/01/2015
Data de publicação: 23/04/2015